

PKS	REVISTA DE GEOGRAFIA	OJS
PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT	(UFPE) www.ufpe.br/revistageografia	OPEN JOURNAL SYSTEMS

CAMPESINATO EM TEMPOS DE AGRONEGÓCIO – ENTRAVES PARA A REPRODUÇÃO CAMPONESA E RESISTÊNCIA FRENTE À EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Anamaria Melo Medeiros¹

1 – Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGEO. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: mlmd.anamaria@gmail.com

Artigo recebido em 28/01/2013 e aceito em 19/07/2015

RESUMO

Frente à expansão do modelo neoliberal de agricultura no Brasil apoiado pelo Estado da mundialização da agricultura e atuação do agronegócio no país, o campesinato vem, gradativamente, perdendo seu espaço no cenário agrário, pois o modo de vida camponês não corresponde ao modelo de agricultura proposto pelo capitalismo e tolhe esses sujeitos do seu direito à terra e a garantia da reprodução do seu modo de vida. Nesse contexto, buscou-se no presente trabalho, analisar algumas questões que representam entraves à reprodução do campesinato, tais como o processo de mundialização da agricultura e seus impactos diretos para os camponeses que não se inserem na sua lógica e a questão agrária como estrutural e o papel do Estado que tem por dever garantir que os direitos mínimos sejam assegurados a estes sujeitos. Por fim, trabalhou-se a questão da condição camponesa, as possibilidades e mecanismos de resistência ao capital e a recampesinização, por considerar que a sobrevivência do campesinato dentro do sistema, só se dará através da luta contra-hegemônica.

Palavras-chave: Campesinato; Resistência Camponesa; Recampesinização

PEASANTRY IN TIMES OF AGRIBUSINESS - BARRIERS FOR PEASANT REPRODUCTION AND RESISTANCE FRONT OF CAPITALISM IN THE FIELD EXPANSION

RESUMEN

Ante la expansión del modelo neoliberal de la agricultura en Brasil, apoyada por el Estado, la mundialización de la agricultura y la actuación de lo agronegócio en el país, el campesinado está perdiendo poco a poco su lugar en el escenario agrario, debido a que el modo de vida campesino no coincide con el modelo de la agricultura propuesto por el capitalismo y obstaculiza estos individuos de su derecho a la tierra y asegurar la reproducción de su forma de vida. En este contexto, se buscó en este estudio, analizar algunos problemas que representan obstáculos para la reproducción del campesinado, como el proceso de mundialización de la agricultura y sus impactos directos a los campesinos que no entran dentro de su lógica; la cuestión agraria como estructural y el papel del gobierno, cuyo deber de garantizar que los derechos mínimos se garantizan a estos sujetos. Finalmente trabajó hasta la cuestión de la condición campesina, la posibilidad y los mecanismos de resistencia al capital y recampesinización, teniendo en cuenta que la supervivencia de los campesinos en el sistema sólo se producirá mediante a la lucha contrahegemónica.

Palabras clave: Campesinado; Resistencia campesina; Recampesinización

INTRODUÇÃO

O cerne do presente trabalho é, a partir da formação do agronegócio e da mundialização da agricultura no Brasil, considerando também o papel do Estado nas gestões mais recentes na atuação relacionada à questão agrária, analisar os entraves e as possibilidades de resistência do campesinato ao capital e à recampesinização; sendo esta, vista como processo novo e singular de desenvolvimento do campesinato pois é compreendida a partir das resistências/r-existências diante deste novo modelo de desenvolvimento destrutivo capitalista no campo, sendo também sua abordagem nos meios acadêmicos ainda muito nova. Buscou-se também levantar uma importante questão dentro da temática do campesinato sendo esta a condição camponesa que influencia diretamente o modo camponês de fazer agricultura, estando tal modo colocado como a materialização da resistência camponesa ao capital.

As estratégias de desenvolvimento territorial, foco da atuação recente do Estado brasileiro, junto à questão dos investimentos e reajustes, findam por deixar o comando de algumas parcelas do território e economia nacional serem geridos por grandes grupos empresariais do agronegócio; produzindo espaços de desigualdade e diminuindo a capacidade de reprodução de diferentes grupos sociais. Aliado a isto, e ainda dentro dos encargos estatais, estão as políticas de acesso à terra e o descaso com a questão agrária inerente ao território e, consequentemente, fundamental para a resistência do campesinato.

O Estado metamorfoseia o camponês em agricultor familiar, colocando-o como uma categoria de trabalhador, como um profissional; não levando em consideração o seu modo de vida, sua identidade territorial; colocando como uma categoria de trabalho, onde as políticas públicas são elaboradas sem um comprometimento real no tocante ao desenvolvimento dos sujeitos a quem estas são destinadas, tornando-se políticas de pouco investimento e superficiais, não considerando as particularidades dos envolvidos e nem dando subsídios para que os mesmos se desenvolvam de forma digna. Tais políticas funcionam na mesma lógica da “reforma agrária em migalhas” feita nos últimos tempos: construção de assentamentos em áreas onde o campesinato não pode sobreviver ou em áreas longínquas, sem acesso à água, escola, serviços de saúde, saneamento básico ou terra fértil, forçando o assentado a sair de sua propriedade ou testando o poder de resistência e permanência deste sujeito.

Como a regularização fundiária deixou de ser uma pauta principal das políticas voltadas para o campo, para aumentar os números da reforma agrária, o Estado a associa a

chamada governança agrária que consiste em um “melhoramento” em assentamentos já existentes, o que acaba contando como área destinada à reforma e dá ao Estado subsídios para extinguir uma possível questão agrária estrutural a ser solucionada; pois para as forças hegemônicas não é uma questão relevante ou lucrativa. Nesse contexto, a questão agrária é substituída por políticas de desenvolvimento rural que obviamente não são voltadas para o estímulo à produção camponesa, ficando focada na produção especializada em larga escala e controlada pelos mercados, no uso indiscriminado da natureza enquanto recurso, no produtivismo e é feito nos moldes da modernização conservadora. Ou seja: as ações do Estado oprimem as territorialidades camponesas e as relações não-capitalistas de produção.

Como estas ações nos assentamentos não dão subsídios aos camponeses de permanecerem em suas propriedades, enfraquece-se as resistências. Aliado a isto, a primeira gestão do governo Dilma Rousseuf/PT (2010-2014) contou com 86 desapropriações, o Ministério do Desenvolvimento Agrário teve corte em suas verbas, houve um decréscimo dos projetos de educação no campo e de assistência técnica para os assentamentos. Segundo dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apenas em 2014, mais de 4.084 escolas do campo fecharam, aliada a isto ainda tem outro entrave importante que diz respeito aos currículos das escolas que continuam abertas, pois os conteúdos adotados e as práticas são distantes do cotidiano de tais alunos, essas duas questões aliadas, enfraquecem a formação e mobilização dos sujeitos rurais, demonstram o fracasso da política de educação no campo e para Erivan Hilário (setor de educação do MST) em entrevista concedida ao portal do MST: “O fechamento das escolas no campo não pode ser entendido somente pelo viés da educação. O que está em jogo é a opção do governo por um modelo de desenvolvimento para o campo que é o agronegócio [...] a situação não está isolada desta opção, porque o agronegócio pensa num campo sem gente, sem cultura e, portanto, um campo sem educação ou escola”

Além disso, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário não dialogam, são desarticulados e os programas de fortalecimento, por exemplo, da agricultura familiar, recebem alguns milhões a menos do que os programas de incentivo à produção de commodities, destacando os agrobiocombustíveis, que cada vez mais se espalham nas terras que por direito seriam destinadas à reforma agrária. Porém, dar terra a quem não tem e precisa produzir, nunca foi prioridade para o Estado, visto que não há possibilidade de satisfazer as necessidades infinitas do agronegócio, a bancada ruralista e atender a população do campo e os movimentos sociais com as mesmas ações.

As terras, na racionalidade da política neoliberal, estão sendo incorporadas ao processo produtivo do meio rural na lógica do desenvolvimento/consolidação do capitalismo no campo, ficando a questão agrária nítida, demonstrando existir um problema estrutural entre campesinato x poder hegemônico.

Porém, apesar de não haver espaço para o campesinato no sistema capitalista, o capitalismo precisa do campesinato para a ampliação de sua reprodução. “O próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção” Martins (1979, p. 3) visto que “a ampliação do capital só será possível se articulada com a reprodução dessas relações de produção não-capitalistas.” Oliveira (1991, p.11). É neste sentido que salienta-se aqui as contradições que o sistema capitalista gera, pois ao passo que

o capitalismo avançou por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo (...) de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Oliveira (1991, p 11).

O campesinato se desenvolve no capitalismo, porém, não usufrui do que o sistema dispõe e não compactua com sua lógica, e, segundo Oliveira (2001, p.185) “o futuro do campesinato está na resistência, pois o capitalismo se desenvolve de maneira heterogênea, complexa, desigual e contraditória.” Sendo assim, parte-se da premissa, que o campesinato para sobreviver, precisa lutar contra o capitalismo, pois ele engessa a reprodução do modo de vida camponês.

A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL – IMPASSES PARA O CAMPESINATO

No final do século XXI dá-se a consolidação do processo de mundialização do capitalismo financeiro, subsidiado pelas políticas neoliberais, acarretando um reordenamento territorial, com a formação, compra e fusão dos monopólios que comandam a economia em caráter mundial. Aliado à isto, há em países emergentes, como é o caso brasileiro, a formação de monopólios e a ascensão internacional dos setores das elites nacionais apoiadas pelo Estado, implicando na “remoção dos entraves nacionais e a criação de uma nova etapa marcada pela consciência dos interesses comuns e pela cooperação entre as burguesias nacionais.” Oliveira (2012 p.2).

Essa hegemonia emerge na consolidação das empresas multinacionais, que expressam a renovação das formas de organização interna e das relações de trabalho. Aliado a isso, houve também o investimento direto de capital estrangeiro através das multinacionais, construindo

deste modo a base de uma superestrutura de captação de recursos em todas as partes do mundo. Esta produção capitalista em caráter internacional é focada na exploração da natureza, junto a mão-de-obra barata e isenção fiscal para seus projetos.

No campo, esse movimento do capital, dá-se pela expansão física da área plantada aumento dos monocultivos e da produção em larga escala, da implementação de tecnologias na agricultura, apoiados pelas políticas públicas governamentais, produção de commodities e o controle monopolista dessa produção. Para as gestões mais recentes, como melhor detalhado na introdução deste texto, o desenvolvimento rural será feito sob a hegemonia capitalista, de acordo com os seus interesses e critérios, baseados em lucro e produtivismo e sem o mínimo comprometimento social ou ambiental.

“Sob a defesa da necessidade de promoção do desenvolvimento rural, difundem-se como eixos principais: a valorização exacerbada do agronegócio e políticas de desenvolvimento rural sustentável, com vistas à redução da pobreza rural.” Filho (2008, p. 2)

Associada a esta mundialização, há também a crise dos alimentos relacionada à expansão dos agrocombustíveis, opção do mercado e das empresas, especulação das terras e a produção de alimentos. A elevação do preço de commodities como trigo, milho e arroz indica menos condições de acesso e o aumento do quadro de fome, sendo registrado um cenário de crise em caráter mundial. Essa crise, dentre outros fatores, dá-se pela alta dos preços do petróleo, elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos por conta dos investimentos em agrocombustíveis, assim como também pela opção dos EUA em consumir milho para produção de etanol, que fez com que seu preço subisse mais de 50% nos últimos anos.

É contraditório pensarmos em resistência diante deste crescente investimento em produção de agrocombustíveis teoricamente acarretaria no enfraquecimento do campesinato, pois a expansão agrícola dá-se sobre suas terras e, na teoria, o avanço de um, implica inevitavelmente no recuo do outro modelo, que, além de não ter meios para produção, encontra-se sem conseguir concorrer com a produção supracitada – tal expansão dos monocultivos, acarreta a redução da produção de alimentos. Mão de obra, insumos, maquinário, políticas públicas e investimentos são, em sua grande maioria, voltados ao poder hegemônico materializado neste contexto no agronegócio, que é considerado mais rentável e subsidiado pelo Estado, claramente comprometido com a política neoliberal/desenvolvimentista, que pouco avança no tocante às reivindicações dos movimentos socioterritoriais de reforma agrária e luta pela terra.

Ainda como entrave na reprodução do campesinato, essa territorialização dos monopólios agrícolas atua na concentração da propriedade privada da terra, no processo produtivo no campo e tem relação direta com a mundialização do capital, com a fusão entre o capital nacional e o estrangeiro que acontecem no espaço agrário brasileiro. A agricultura brasileira conseguiu a modernização técnica conservadora, porém a estrutura agrária se mantém a mesma desde a colonização.

QUESTÃO AGRÁRIA E A FUNÇÃO DO ESTADO

A questão agrária envolve o conjunto de problemas advindos do desenvolvimento do capitalismo no campo. É fundamental compreender a questão agrária relacionando-a à estrutura fundiária, luta pela terra e o papel do Estado no contexto campesinato x agronegócio. Como a questão agrária vem sendo tratada pelo Estado (se vem) e como isso impacta a reprodução/resistência do campesinato?

Fernandes (2001, p.23) define a questão agrária como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.” Existem dois paradigmas na análise do espaço agrário: o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário onde considera-se que a importância da agricultura familiar é a transformação do camponês em agricultor familiar capitalista, onde os problemas estruturais relacionados a este tipo de agricultura seriam resolvidos a partir do desenvolvimento do capitalismo como em seus países de origem.

Consideramos necessário discutir o paradigma que pensa a questão agrária a partir da renda da terra, dos conflitos, e as consequências da implementação do capitalismo no campo para o campesinato, considerando que o desenvolvimento da agricultura camponesa depende de mudanças na estrutura fundiária, no modelo produtivo pensado pro campo, no modelo de desenvolvimento pensado por e para estes sujeitos, se contrapondo aos ideais do capitalismo, por compreender que neste não há espaço para o sujeito camponês e a única forma do mesmo sobreviver é a partir da luta contra-hegemônica. Neste sentido, não tratarei aqui do desenvolvimento rural, proposto como substituição à questão agrária, e sim do envolvimento¹

¹ O termo envolvimento será usado no presente artigo por compreender que o uso do termo “desenvolvimento” acaba sendo associado ao que é pregado pelo capitalismo como sinônimo de avanço e que, no entanto, desagrega muito mais que soma, no sentido que segrega os que participam do processo. Nesse sentido, des-envolver consiste na perda de envolvimento econômico, cultural, social ... marginaliza-se. O envolvimento rural é, neste caso, o fortalecimento da relação sociedade e natureza, a elaboração de políticas e ações voltadas

rural pensado como mecanismo de resistência a partir do modelo neoliberal implementado no campo.

Para Fernandes (2005) a relação entre campesinato e agronegócio, produz no interior da questão agrária um processo conflitivo e para ele “o conflito agrário e o desenvolvimento são processo inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente; e a questão agrária sempre esteve relacionada aos conflitos por terra.” [e, sendo assim, com a reforma agrária]. O conflito é alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo e é por onde o campesinato e o capitalismo se enfrentam para a solução dos problemas e promoção do real envolvimento rural.

No Brasil, após o fim da ditadura e com o fracasso da modernização conservadora, retomou-se o debate sobre a necessidade da reforma agrária. Conquistamos o primeiro PNRA em 1985 e a Constituição de 1988 estabelece com precisão a função social da terra. Mas, a partir dos anos 1990, quando dá-se o “boom”, sobretudo na América Latina, dos governos neoliberais/privatizadores o Estado passa a não cumprir seu encargo relacionado aos direitos agrários colocados na Constituição Federal, pois tal política acaba ficando totalmente voltada para os empreendimentos do agronegócio.

Para Delgado (2005, p. 13)

“O agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de estado.”

Essa assertiva encontra sentido quando analisa-se que a partir da segunda gestão de FHC, o agronegócio é repromovido com o investimento em infraestrutura territorial, com a reorganização do órgão de pesquisa pública voltado para o desenvolvimento do capital no campo (EMBRAPA) junto com multinacionais do agronegócio, a partir da frouxidão intencional do mercado de terras (terras devolutas, terras que não cumprem a sua função social e muitas auto declaradas produtivas), posicionamentos que continuaram valendo nas gestões posteriores. Neste sentido, fica clara a postura política de não fiscalização de tais questões por parte do governo brasileiro.

Segundo Buainain (2007, p. 90 e 91) sobre as estratégias que orientam as ações do governo desde os anos noventa estão:

para o fortalecimento das identidades, e elaboração de subsídios que garantam permanência dos camponeses em seus territórios.

[...] De um lado o fortalecimento da competitividade da agricultura empresarial, e, de outro, no fortalecimento da agricultura familiar. Enquanto a primeira linha de ação prioriza a melhoria da infraestrutura e incentivos através de novos instrumentos de política agrícola, o fortalecimento da agricultura familiar está centrado em dois programas básicos: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Reforma Agrária.

Assim, a partir dos anos noventa, o discurso oficial passou a incorporar preocupações com o aspecto territorial, reconhecendo a necessidade do desenvolvimento rural ser pensado a partir de territórios, com o envolvimento e a participação dos afetados, o que na prática foi configurado de maneira oposta.

A esperança para a melhoria da questão agrária veio com a ascensão de um partido mais próximo dos movimentos sociais e com um candidato mais progressista, como era o caso do Partido dos Trabalhadores, com Luis Inácio Lula da Silva na presidência, que em seu primeiro mandato por pressão dos movimentos sociais elabora o 2º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) onde propunha assentar 520 mil famílias, assentou 220 mil. Porém os dados do governo somam 500 mil famílias. Como já colocado no início deste texto, as estratégias para aumentar os números de uma reforma agrária falaciosa computam como assentamento novas áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de antigos assentamentos e relocações dos atingidos por barreiros. O 3º PNRA sequer foi elaborado na segunda gestão, além de adotar políticas públicas que beneficiavam grileiros e latifundiários, as MP 422 e 458, que legalizavam propriedades públicas de até 1.500 ha, ocupadas ilegalmente pelo agronegócio; priorizando a legalização expressa das terras da Amazônia.

João Paulo Rodrigues, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em entrevista concedida ao Repórter Brasil em 2009, afirma que a MP "coroa" o modelo de desenvolvimento agrícola apresentado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e que, na visão do MST, não foi alterado no período Lula. "A MP complementa a lógica do que tem que avançar na Amazônia é o agronegócio, com criação de boi, eucalipto e soja". [Repórter Brasil, 2009]

O governo Lula, na avaliação de Ariovaldo Umbelino, concentrou a maior parte dos esforços na regularização fundiária em detrimento da reforma agrária. "Já havia uma clara determinação de só fazer reforma agrária sob pressão" (...) "O governo fez opção preferencial pelo agronegócio. A reforma agrária passou a ser secundária".

Essa decisão política de não-reforma agrária aumenta a violência, assim como o controle do agronegócio sobre o espaço agrário, traduzido em estradas, portos, ferroviários, hidrovias, circulação, logística, flexibilização da legislação, e subsídios para produção em grande escala, desestruturando o campesinato. Os governos petistas deram incentivos fiscais e perdoaram as dívidas antigas dos latifundiários. Nos dois mandatos de Lula, o BNDES entregou mais de R\$ 18 bilhões por ano para o agronegócio, totalizando R\$ 136 bilhões. Se destinassem esse mesmo valor para a reforma agrária, teríamos hoje mais de 1,7 milhões de famílias assentadas, segundo cálculos do próprio INCRA. Ao invés disto, o governo oferece migalhas aos camponeses, travestidas de bolsas.

De acordo com o IBGE atualmente mais da metade das terras dedicadas à lavoura estão ocupadas pela soja, cana de açúcar e milho, principais produtos do setor e a tendência é sua expansão. Quem perde com essa monocultura de exportação são os pequenos agricultores e o país. O agronegócio expulsa os pequenos agricultores do campo; em muitas regiões, os camponeses e os assentamentos rurais que permanecem, acabam se subordinado às regras do agronegócio.

Aliado a isto, aumentaram os recursos destinados tanto à agricultura familiar camponesa como a agricultura empresarial. Os investimentos do Governo Federal na agricultura empresarial são muito maiores do que na agricultura familiar; que segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário é a grande responsável pela alimentação da população brasileira, garantindo mais da metade do que é consumido.

Calculando a diferença dos investimentos, temos uma noção ainda maior da disparidade envolvendo ambos: No período de 2003-2004 a diferença dos investimentos foi 750%, entre 2004-2005 foi de 542,86% e em 2005-2006 foi de 488,89% o que nos permite refletir que o investimento é maior nos produtos voltados à exportação, que dentro do atual modelo econômico traz mais lucros.

A terceira gestão do PT, com Dilma Rouseff na presidência, também deixou a desejar no tocante à reforma agrária, além dos expostos anteriormente, segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 2011 à 2014 foram assentadas 107 mil famílias, número menor 54% do que a última gestão de Lula. Porém o que esperar de um governo em que a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, declara que “não existe latifúndio no Brasil e que a reforma agrária não precisa ser feita em massa”? Além do apoio claro aos oligopólios do agronegócio, essa queda no número de famílias assentadas reflete o que já foi colocado anteriormente sobre o corte nos gastos do governo federal no tocante às políticas

dirigidas para o campo: o Incra (portal da transparência indica que o Incra – nacional –) recebeu em 2014 R\$ 1,408 bi. Um bilhão, quatrocentos e oito bilhões para todo o país! O governo Dilma optou por “estruturar” assentamentos já existentes, a chamada governança agrária, no lugar de assentar mais famílias, diminuindo assim o número de pessoas com terra para produzir.

O protagonismo cada vez maior da Bancada Ruralista no Congresso Nacional, a mais numerosa, garante sua hegemonia, e os capitalistas defendem tal projeto. Segundo Costa (2012, p. 136) “Sem contar 23, que não tem nenhum imóvel registrado ou qualquer ligação empresarial com o agronegócio, os restantes 351 declaram possuir 863.646,53 hectares. Os dados foram consultados nos arquivos do TSE e no cadastro do INCRA.” Mas o que interessa, além das prioridades da bancada ruralista, é que eles representam empresas e proprietários de terras no país, que movimentam muitos bilhões de reais entre a produção agrícola e pecuária. “O capitalismo agrário brasileiro não é um negócio de famílias, embora elas continuem no poder em vários estados, comandando a máquina do Estado”.

Tais parlamentares, a grande maioria latifundiários e empresários capitalistas, se apóiam em novos discursos, mantendo as velhas práticas coronelistas baseadas em um controle do poder pelas elites, encarnadas no “dono de terra” que controla os empregados, os meios de produção e detém o poder econômico, político e social de determinadas regiões. Ao longo destas gestões, a população se submete a processos de migração, devido a ausência de uma política agrária que garanta a soberania alimentar, o acesso à terra e a permanência das famílias no campo.

No lugar disso, têm de lidar com a violência, coerção e dependência, bem como a expulsão de terras que, por direito, lhes pertence

“A classe dos proprietários de terra (apoiada pelas políticas do Estado) não permite que se realize uma reforma agrária no país [...] não admitem que a terra sirva como meio de vida e sobrevivência, terra para moradia, terra para produção de alimentos, para pessoas que habitam este território [...] o latifúndio fere a dignidade humana e fazer do poder político um meio para reproduzi-lo é uma perversidade [...]” (Costa, 2012, p. 308)

Condição Camponesa, Graus de campesinidade e Resistência

A discussão sobre condição camponesa e resistência que levantaremos encontra-se baseada em Van der Ploeg, compreendendo que a condição camponesa, inserida no contexto atual de neoliberalismo econômico, precisa ser revista pois os mecanismos de seu funcionamento foram adequadas ao contexto em que encontra-se inserida atualmente.

Salientando que os modos camponeses de fazer agricultura, essencial para compreensão do campesinato, encontra-se inserido nesta condição.

Mas, para depreender como o mecanismo de recampesinização atua como forma de resistência ao agronegócio, é necessário entender o que Ploeg trás como condição camponesa: trata-se de uma condição estratégica e abrangente e que serve também para explicar o modo camponês de fazer agricultura, tal condição seria definida pela luta por autonomia realizada num contexto de dependência, marginalização e privação imposto pelo agronegócio, que na obra de Ploeg é tratado como Império, onde tal autonomia só é conquistada com a criação de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada onde irão ser permitidas formas de co-produção - interação e transformação entre o homem e a natureza viva -, fomentando assim a autonomia e dessa forma, reduzindo a dependência.

Ploeg justifica que essa definição da condição camponesa cobre as lacunas das representações anteriores sobre campesinato. Para entender o modo camponês de fazer agricultura não podemos separar o contexto social em que é reproduzida, pois essa condição representa um processo dinâmico e pode se desenvolver de modos diferentes e através de mecanismos distintos de acordo com a formação social em que estiver inserida.

Tal condição se materializa na luta por autonomia como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural (camponês) em um contexto não favorável. Os agricultores encontram-se em altos níveis de dependência inseridos num ambiente que lhes é hostil; essa condição de dependência que faz surgir a luta por autonomia e, consequentemente, a resistência.

A terra aparece como parte fundamental da base de recursos, não só pela sua utilidade, mas também pela simbologia, por ser o suporte para a independência, base que dá subsídio para a realidade a ser mudada. Por isso é colocada como central nas lutas camponesas desde os primórdios.

A resistência camponesa se materializa em campos de ação dentro dos espaços de produção. Uma das formas dessa resistência que é a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração, destacando a presença disto em práticas mais alternativas de agricultura.

Para entender o processo e as consequências de uma (re)campesinização, precisamos antes de mais nada compreender o que é campesinato, de que mecanismos dispõe, qual o contexto em que se insere, quem são os sujeitos e de que forma uma “renovação” no mesmo resiste ao modelo do agronegócio bem como quais são as expressões dessa contraposição e

resistência. Ao contrário do que os estudiosos que defendem o fim do campesinato e a transformação do sujeito camponês em agricultor familiar em que finda na transformação ou evolução do camponês em agronegócio, defenderemos aqui que a solução para a sobrevivência do campesinato encontra-se na recampesinização, na reafirmação de sua identidade camponesa.

Por recampesinização compreende-se um processo generalizado, porém muitas vezes omitido, pois surge em contraponto às consequências que o processo de industrialização/mecanização/modernização traz e é afirmado no contexto de marginalização e dependência gerada pela tomada do capitalismo no espaço agrária; sendo colocada como “uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência num contexto cada vez mais frequente de privatização e dependência” (PLOEG, 2008, p.23)

Ao longo da história ocorreram muitos episódios de recampesinização, representando um caso de mudança de paradigma e estão ligados ao agronegócio cada vez mais emergentes e que para muitos autores, tem uma tendência a destruir o campesinato, porém, contraditoriamente a sua emergência, surgem também formas de resistências; sendo assim eles provocam e criam novas formas de recampesinização.

Apesar de acreditar na recampesinização como saída ao capitalismo no campo, discordamos de Ploeg, pois ele nitidamente em sua obra sugere uma visão evolucionista do campesinato e coloca o camponês como uma “preparação” ao empresário; é como se ele, o camponês, reproduzisse o que o império prega, porém em menor escala e com um pouco menos de capital, pois não foi totalmente incluso no sistema capitalista, onde na realidade conhecida, ao menos por nós no Brasil, isso não se aplica, visto que, como coloca Oliveira (2004 p. 40) “Ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas [o desenvolvimento capitalista], gera também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento”

Diante do cenário de exploração, segregação e destruição provenientes da agricultura industrializada e capitalista é que surgem as mais diversas formas de resistência que trazem consigo novas situações e geram mais processos.

As experiências históricas e saberes tradicionais dos camponeses são de fundamental importância para a construção contínua de novas práticas contra o capital. Justificando que não é transformando o camponês em agricultor familiar, (que de certa forma está inserido no contexto do capitalismo) como defendem algumas correntes, que o campesinato resiste e se reinventa e sim na cooperação da estrutura familiar que é usada no trabalho no modo de vida

camponês, entendendo como funciona o mercado e aprendendo a conviver com ele, sem estar dependente do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato sobrevive na luta contra o capitalismo, pois encontra neste o seu maior antagonista. A luta pela terra é claramente a luta contra o capital e arrisco afirmar contra o Estado que não garante o direito mínimo à quem precisa de terra para sua (re)produção. Neste sentido, o debate da questão agrária, bem como a participação efetiva dos movimentos sociais faz-se imprescindível, pois as conquistas obtidas, frutos de suas pautas, se materializam apenas através da luta. O Estado, cada vez mais voltado aos interesses desenvolvimentistas do capital, não considera identidade, história, territorialidades ou demandas dos sujeitos camponeses.

O campesinato é fundamental para a reprodução humana pois garante a soberania alimentar dos povos, é consciente da importância da preservação da natureza visto que não a considera um meio de produção. Neste sentido também, a importância da troca de saberes é fundamental para a resistência do campesinato, bem como a luta pela manutenção de seus territórios que passam a ser a materialização dessa resistência.

Apesar de não ter sido discutida ao longo do texto, considero também a Agroecologia como fundamental para a reprodução do campesinato, visto que a mesma influi positivamente no resgate dos saberes tradicionais, associando-os às práticas pensadas para a melhoria do campesinato, econômica, social e ecologicamente falando, bem como faz-se imprescindível para a conscientização do sujeito camponês de manter e lutar pelo seu território e identidade, mostrando-lhe viabilidade ao seu modo de vida e reprodução.

Também é de fundamental importância o papel da ciência formal nestes contextos, no sentido de contribuir com pesquisas orientadas socialmente, que deem subsídios contra o capitalismo e para a manutenção de modos de vida e cultura históricos, bem como a preservação de seus saberes e da natureza. Ao pesquisador, em minha opinião, fica a função de expandir a denúncia dentro e fora dos espaços acadêmicos, a fim de possibilitar a compreensão de que o sistema estruturando-se cada vez mais forte, não é solução e que há alternativas melhores e mais viáveis para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A Questão Agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 324 p.
- DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2008.
- FELICIO, Munir Jorge; A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (org.) Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação. (Série NEAD Especial; n. 10.) Brasília, DF: INCRA/MDA, 2001.
- GUZMAN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Trad. Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da Agricultura Brasileira. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012. 15 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas e Mudanças no início do Século XXI. In: O Campo do Século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.
- Reporter Brasil - <http://reporterbrasil.org.br/2009/03/mp-institui-reforma-imobiliaria-no-lugar-da-reforma-agraria/> [Acesso em: 04/06/2015]
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - http://www.incra.gov.br/reforma_agraria [Acesso em: 20/06/2015]
- MST - <http://www.mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014.html> [Acesso em: 26/06/2015]
- http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm [Acesso em: 20/06/2015]